



PERSPECTIVAS DE ESTUDANTES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Rachel Pereira Pardal Ciaravolo¹

racvolo@hotmail.com

Carlos Alberto Figueiredo da Silva¹

ca.figueiredo@yahoo.com.br

Silvia Inês Gonçalves Flauzino¹

silviaflau@gmail.com

Adriana Martins Correia²

adrianacorreia@id.uff.br

Martha Lenora Queiroz Copolillo²

marthacopolillo@id.uff.br

¹Universidade Salgado de Oliveira

²Universidade Federal Fluminense

Resumo:

A Medida Provisória de nº 746/2016 tratava da Reforma do Ensino Médio excluindo a disciplina de Educação Física do currículo obrigatório. O anúncio desta Medida provocou discussões nos meios educacionais e expectativas por parte dos cientistas da educação em geral. Ao final, a Educação Física foi mantida como componente curricular obrigatório na reforma que se seguiu. Este ensaio traz opiniões de especialistas, que à época, aprofundaram a reflexão sobre essa discussão. Traz também um levantamento efetivado por meio da estratégia do grupo focal, realizado com alunos da 1ª série do Ensino Médio de uma escola pública Federal de Niterói sobre suas experiências anteriores em aulas de educação física, com intenção de explorar o tema entre os jovens.

Palavras-chave: Educação Física, escola, lei.

Students' perspectives on Physical Education in high school

Abstract: *Provisional Measure No. 746/2016 dealt with the High School Reform excluding the Physical Education subject from the mandatory curriculum. The announcement of this Measure provoked discussions in educational circles and expectations on the part of education scientists in general. However, in the end, Physical Education was maintained as a mandatory curricular component in the reform. This essay brings the opinions of experts, who at the time deepened their reflection on this discussion. It also brings research carried out through the focus group strategy, carried out with students from the 1st year of high school at a federal public school in Niterói, about their previous experiences in physical education classes, to explore the topic among young people.*

Keywords: *Physical Education, school, law.*

Perspectivas de los estudiantes sobre Educación Física en la escuela secundaria

Resumen: La Medida Provisional N° 746/2016 versó sobre la Reforma de la Enseñanza Media excluyendo la materia de Educación Física del currículo obligatorio. El anuncio de esta Medida provocó discusiones en los círculos educativos y expectativas por parte de los científicos de la educación en general. Sin embargo, finalmente la Educación Física se mantuvo como un componente curricular obligatorio en la reforma. Este ensayo trae las opiniones de expertos, quienes en su momento profundizaron su reflexión sobre esta discusión. También trae una investigación realizada a través de la estrategia de grupos focales, realizada con alumnos del 1° año de la enseñanza media de una escuela pública federal de Niterói, sobre sus experiencias anteriores en las clases de educación física, para explorar el tema entre los jóvenes.

Palabras clave: Educación Física, escuela, derecho.

Le point de vue des élèves sur l'éducation physique au secondaire

Résumé: La mesure provisoire n° 746/2016 portait sur la réforme de l'enseignement secondaire excluant la matière d'éducation physique du programme obligatoire. L'annonce de cette mesure a suscité des discussions dans les milieux éducatifs et des attentes de la part des scientifiques de l'éducation en général. Cependant, en fin de compte, l'éducation physique a été maintenue comme composante obligatoire du programme de la réforme. Cet essai apporte les avis d'experts, qui à l'époque ont approfondi leur réflexion sur cette discussion. Il apporte également des recherches menées dans le cadre de la stratégie de groupe de discussion, réalisée avec des élèves de la 1ère année du secondaire dans une école publique fédérale de Niterói, sur leurs expériences antérieures dans les cours d'éducation physique, pour explorer le sujet auprès des jeunes.

Mots clés: Education physique, école, droit.

學生對高中體育的看法

第 746/2016 號臨時措施涉及將體育科目排除在必修課程之外的高中改革。該辦法的出台，引發了教育界的熱議，也引起了廣大教育工作者的期待。然而，體育課最終仍被保留為改革中的必修課。這篇文章帶來了專家們的意見，他們在當時加深了他們對這次討論的反思。它還通過焦點小組戰略與尼泰羅伊聯邦公立學校的高中一年級學生進行研究，了解他們以前在體育課上的經歷，以探討年輕人的話題。
關鍵詞：體育，學校，法律。

हाई स्कूल में शारीरिक शिक्षा पर छात्रों का दृष्टिकोण

अनंतिम उपाय संख्या 746/2016 अनिवार्य पाठ्यक्रम से शारीरिक शिक्षा विषय को छोड़कर हाई स्कूल सुधार से निपटा। इस उपाय की घोषणा ने शैक्षिक हलकों में चर्चा और सामान्य रूप से शिक्षा वैज्ञानिकों की ओर से अपेक्षाओं को उकसाया। हालांकि, अंत में, शारीरिक शिक्षा को सुधार में अनिवार्य पाठ्यचर्या घटक के रूप में बनाए रखा गया था। यह निबंध विशेषज्ञों की राय लाता है, जिन्होंने उस समय इस चर्चा पर अपना प्रतिबिंब गहरा किया था। यह युवा लोगों के बीच विषय का पता लगाने के लिए, शारीरिक शिक्षा कक्षाओं में अपने पिछले अनुभवों के बारे में, नितेरोई में एक संघीय पब्लिक स्कूल में हाई स्कूल के पहले वर्ष के छात्रों के साथ किए गए फोकस समूह रणनीति के माध्यम से किए गए शोध को भी लाता है।

कीवर्ड: शारीरिक शिक्षा, स्कूल, कानून।

INTRODUÇÃO

No momento em que se discutia a não obrigatoriedade da disciplina de Educação Física, advinda por meio de uma Medida Provisória de nº 746/2016, este ensaio busca traçar um pequeno recorte sobre esta disciplina no Ensino Médio a partir de uma entrevista, utilizando-se a estratégia do grupo focal (SILVA; VOTRE, 2012; SILVA et al., 2021), feita com 28 alunos de uma turma de 1ª série deste segmento do Colégio Pedro II do Campus Niterói. A entrevista buscou explorar as experiências que esses alunos tiveram com a disciplina antes de ingressarem no colégio: suas expectativas, frustrações, queixas, dificuldades e facilidades tanto em relação aos conteúdos quanto em relação ao professor e seu método de ensino, bem como, qual Educação Física esses alunos anseiam e a importância que esta ocupa no decorrer de suas vidas enquanto estudantes. Pode-se, diante das falas dos alunos, obter-se uma avaliação da importância da matéria para a formação cidadã desses educandos e quanto a escola pode contribuir, através das práticas corporais bem orientadas, para a construção de um ser humano mais integrado, crítico e incluído socialmente.

No mês de setembro do ano de 2016, a sociedade brasileira assistiu à notícia da reforma do Ensino Médio anunciada por meio da Medida Provisória de nº 746/2016. Dentre as mudanças, a disciplina de Educação Física perderia sua obrigatoriedade no currículo escolar para este segmento de ensino. Diante deste fato, especialistas, educadores, filósofos, políticos e entidades organizadas iniciaram uma campanha de repúdio à reforma considerada, por muitos, arbitrária, autoritária e totalmente inoportuna.

A imperatividade da reforma era anunciada há tempos, porém, principalmente, quando se trata de educação, a sociedade deve participar da discussão, pois há um interesse comum no que se refere às decisões do futuro de um país, no caso, os estudantes. Educação é um processo para resolução de muitos problemas e não um fim na solução dos mesmos. Daí a importância na discussão e na exposição deste ensaio que tem como finalidade contribuir para a reflexão sobre a tentativa de não obrigatoriedade da Educação Física para o Ensino Médio por meio de exposições feitas por alunos que têm aulas regulares da disciplina, considerando que são os mais interessados dentro deste diálogo que não existiu.

A necessidade na reformulação do Ensino Médio no Brasil é reconhecida pela maioria dos educadores e interessados na educação. O diálogo, a consulta aos segmentos sociais envolvidos, implica prudência e coerência com a democracia, tendo a educação sua principal fonte de interesse, especialmente porque os alunos são o futuro desta nação. Propor mudanças na educação, portanto, exige um tempo de reflexão e de debate.

O argumento do governo, à época, para as medidas da reforma, segundo dados do Ministério de Educação e Cultura (MEC, 2016), era a de que havia uma evasão escolar nesta



faixa indicando que apenas 38% dos estudantes concluíam o Ensino Médio e, com a reforma, este índice possivelmente diminuiria uma vez que o currículo poderia se tornar mais atraente e ainda daria a oportunidade aos estudantes de optar por uma formação técnica e profissional.

Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP (2016), com a medida, o governo entendia que flexibilizaria a matriz curricular enfatizando cinco áreas de conhecimento: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnico-profissional, e fomentaria o ensino em tempo integral, pois a carga horária de 800 horas passaria a ser de 1400 horas por ano. Seriam obrigatórias apenas a Matemática, Português e o Inglês, sendo as demais disciplinas escolhidas pelo aluno dentro dessas 5 áreas. Artes e Educação Física passariam a ser obrigatórias apenas até o Ensino Fundamental.

Um dentre vários aspectos relevantes que tornaria urgente a medida era a "falência do atual modelo de ensino médio" dizia o ministro da Educação Mendonça Filho. Mendonça assegurava que o Ensino Médio estava estagnado desde 2011 e, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) assinalaria um declínio no desempenho em Português e Matemática se comparado ao ano de 1997. Revelaria que 1,7 milhões de jovens entre 15 e 24 anos não estudavam nem trabalhavam e apontava que apenas 18% de jovens entre 18 a 24 anos ingressavam no Ensino Superior. Alertava para o fato de que a população jovem brasileira entraria em declínio. O governo acreditava que a Medida colocaria o estudante como ator principal no processo e que, desta forma, o estudante não ficaria submetido a imposições curriculares e teria mais opções. O governo garantia que, independentemente da Medida, os investimentos com a educação seriam mantidos e que o país teria um salto de qualidade na educação.

Ricardo Henriques, superintendente do Instituto Unibanco em entrevista concedida ao Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão na edição do dia 25/09/2016, disse que as mudanças estavam na direção correta. Segundo ele, são 13 disciplinas com excesso de conteúdo, todas obrigatórias para todos os estudantes. Avaliava que a maioria dos alunos não aprendia nada e concluía que os mesmos decoravam e não viam sentido naquilo que estudavam.

A secretária-executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, garantiu que não haveria nenhuma mudança prática naquele momento e que toda grade curricular da época seria mantida. Afirmava que os componentes curriculares obrigatórios como Artes e Educação Física estariam sustentados conforme as diretrizes estabeleciam.

Segundo a secretária, as mudanças seriam discutidas com secretários estaduais de educação e com professores, havendo previsão de seminários ainda para aquele ano. Após os seminários, as propostas teriam que ser analisadas pelo Conselho Nacional de Educação. Ela dizia ainda que, apesar da Medida estabelecer que as disciplinas de Matemática, Português e

Inglês fossem obrigatórias, ainda não havia definição sobre as outras disciplinas que fariam parte da base curricular nacional comum. Ressaltava que haveria uma nova Base Nacional Comum Curricular que seria discutida e depois encaminhada ao Conselho Nacional que provavelmente seria aprovada e a próxima Base Comum Curricular deveria manter a Educação Física como obrigatória dentro das áreas de conhecimento que poderiam ser flexibilizadas. Importante seria a flexibilização e escolha dos conteúdos, abrindo uma possibilidade mais eletiva de acordo com os interesses dos alunos, aduzia a secretária. Ao mesmo tempo haveria um estabelecimento de amplitude gradual da carga horária, evoluindo para o Ensino Médio integral. Concluiu: “o Ensino Médio não atende às aspirações dos estudantes”.

No programa da Globo News “Entre Aspas” que foi ao ar no dia 27 de setembro de 2016, Ilona Becskházy, consultora em educação (mestre em educação PUC-RIO e consultora em Educação) e Daniel Cara (Coordenador da Campanha Geral pelo Direito à Educação) analisaram a reforma pelo ponto de vista da política pública, onde se quer chegar. Becskházy avaliou que havia vários pontos positivos nesta trajetória podendo ter alguns ajustes. Disse ela que é necessário dar opções para os alunos de profissionalização e escolha de caminhos diferentes, mesmo porque em determinados países já há essa opção e deu certo. Faltava fazer um levantamento neste primeiro passo que o governo deu que era ver o que o aluno não aprendeu no Ensino Médio. Para ela, o que estava acontecendo era o reflexo e consequência de uma alfabetização malfeita, um aprendizado que não ocorreu anteriormente. Para Cara, seria bom fazer uma reforma não somente no Ensino Médio, pois o aprendizado é cumulativo. O que não aconteceu anteriormente traz um prejuízo atual. Ele ressaltou que aquilo que não aconteceu no Ensino Fundamental, ou mesmo, o aluno que não teve acesso à Educação Infantil, vai sofrer um impacto futuramente no processo de escolarização, por isso, a atenção deveria estar voltada para todos os segmentos de ensino e não especificamente no Ensino Médio. Cara discordava da Medida Provisória em dois aspectos fundamentais: “[...] não se faz reforma educacional por Medida Provisória. A Medida Provisória é um mecanismo legislativo muito forte em que o governo (executivo) estabelece um fato consumado e que os deputados terão que trabalhar e tentar alterar este fato consumado. É muito raro alterar a Medida Provisória [...]”. Ele entendia que o conteúdo da Medida também não era bom. “Os itinerários formativos que ela propõe, você poderia gerar flexibilidade para os estudantes e possibilidade dele escolher sem determinar itinerários tão fechados [...]”. A preocupação de Cara também se refere à maneira pela qual se daria a divisão entre os estudantes que iriam para esse processo de ensino mais relacionado às Ciências Humanas, conhecimento em geral etc., e os que iriam ficar com o processo de profissionalização. Estes últimos teriam uma educação menos abrangente e menos promissora em relação à formação do que os que fizeram a escolha pelo caminho mais propedêutico. Ele achava que havia uma contradição na proposta, pois se a ideia era pensar menos em disciplina e mais em habilidades e conhecimentos, haveria mais lógica trabalhar aspectos fundamentais da

Matemática e da Língua Portuguesa retomando a Educação Artística e a Educação Física. Cara considerava a retirada da Educação Física um equívoco e dizia que é muito complexo a maneira com que a reforma estava sendo feita, pois são muitos temas que ficaram de fora com uma promessa de que a Base resolveria. Para ele, a Medida Provisória em vez de reforçar o conteúdo do Plano Nacional de Educação acabou o desviando deste eixo. Ressaltava que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/96) era muito flexível e que as escolas públicas poderiam criar itinerários formativos próprios, porém admite que as escolas não tomavam iniciativa nisso.

A professora Nilma Santos Fontanive (coordenadora de avaliação da Cesgranrio) no Seminário sobre Avaliação Educacional do Colégio Pedro II realizado no dia 11 de outubro de 2016, colocou que muitos especialistas queriam afirmar a reforma comparando o Ensino Médio do Brasil a de outros países, “isso é uma bobagem” dizia ela, pois eles possuem problemas de desigualdades tanto quanto o Brasil, portanto não devemos comparar nada com nada, devemos ter o compromisso de trabalhar a realidade que existe aqui e na realidade que existe aqui é nosso dever incluir metodologias de trabalho que acabem com a falta de aprendizado, a escola não pode continuar a se contentar com apenas um grupo de alunos que alcançam os objetivos e que são considerados estarem dentro da média. É preciso que todos alcancem os objetivos. Conclua que, ao contrário do que o governo havia colocado, o protagonismo do jovem não poderia ser concebido sem a disciplina de Educação Física e Artes, uma vez que estas auxiliam na expressão do aluno.

No programa Roda Viva que foi ao ar no dia 10 de outubro pela TV Cultura com o tema sobre a reforma do Ensino Médio, gerou expectativa para muitos professores e educadores interessados nas mudanças. Para esta discussão estavam presentes: Mendonça Filho, ex-ministro da educação; Maria Alice Setúbal (educadora, socióloga e presidente do Conselho do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC); Guiomar Namó de Melo (educadora e integrante do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e do Conselho da Fundação Padre Anchieta); Monica Weinberg (executiva da Revista Veja); Mozart Neves Ramos (diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna); Paulo Saldaña (repórter do Jornal Folha de São Paulo). Pois bem, nesta entrevista não havia nenhum professor de sala de aula referente às disciplinas que deixariam de ser obrigatórias no Ensino Médio. Nenhuma pergunta foi feita relacionada a isso, ao contrário, a entrevista se tornou repetitiva, mesmo porque o ministro, muitas vezes, não respondeu ao que lhe foi perguntado e o entrevistador tinha que retomar sua pergunta numa tentativa de obter a resposta. Uma provável frustração para quem buscou respostas mais concretas, além de ser lamentável um programa que foi ao ar por uma hora e quarenta e cinco minutos sem, sequer, tocar no assunto tão polêmico sobre a retirada da obrigatoriedade de uma disciplina que, até então constava como obrigatória na LDB nº 9394/96.

A REALIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO E SEU PERCURSO

A Educação Física passou por períodos variados de tendências ao longo de sua história. Todos nós envolvidos nesta área sabemos do tecnicismo, da saúde renovada, do militarismo e de uma série de nomenclaturas que iam variando em cada época pela qual a Educação Física passou. Se fossemos discorrer sobre essas tendências e suas modificações, daria para escrever um compêndio de mais de mil páginas. Como não é esse o interesse deste ensaio, iremos nos deter apenas aos mais recentes desafios de mudança pelos quais a disciplina percorreu e chegou até os dias de hoje com o objetivo de ressaltar o compromisso acadêmico percorrido pela disciplina e a seriedade e importância da mesma.

As mais recentes teorias, desenvolvimentistas, críticas, pós-críticas, etc. e as que mais virão, não importando aqui com qualquer tipo de discussão de qual é a melhor, todas, sem dúvida, serviram para fundamentar e orientar profissionais desta área a serem cada vez mais críticos e melhores educadores e, como consequência, seus alunos obtiveram uma disciplina de Educação Física dentro de uma realidade cultural mais abrangente e mais interessante.

Não somos ingênuos e sabemos que há professores que dispensam seus alunos das aulas por diversos motivos: porque fazem academia; porque são atletas federados e outros. Podemos perguntar: é importante para este professor que o aluno assista sua aula e que tenha contato com o conteúdo proposto pela disciplina? Também há professores que são comumente chamados de professores “rola bola” que significa que sistematicamente deixam seus alunos jogarem futebol ou queimado de forma livre, sem contextualização com algum conteúdo ou com uma presença organizadora. Há aqueles professores que privilegiam alunos que possuem boa *performance* e/ou habilidades deixando aqueles não possuem tais atributos de lado, como se estes não fizessem parte da turma, como consequência, encontramos muitos deles sentados, conversando e, como Darido (2004) costuma chamar; são alunos da periferia da quadra que vão para outro canto do colégio fazer outra coisa. Enfim, uma lista de atitudes de pessoas que obtiveram seu diploma sem compromisso algum com a formação de um cidadão, pois professor é, principalmente, aquele que se preocupa com o crescimento do seu aluno lhe auxiliando no caminho de sua formação.

Para João Batista Freire, em postagem em sua página aberta do *facebook* (2016), tão grave quanto à Medida Provisória tomada pelo governo “é haver professores de Educação Física que pensam da mesma maneira, não porque pregam sua extinção, mas porque agem de forma a fundamentar a tese do MEC”. Certamente essa forma de agir não é uma especialidade somente da Educação Física, tão pouco restrita à educação. Sabemos que em outras esferas de trabalho pessoas não cumprem o com seu dever e, se fôssemos listar todos os setores cujo papel desempenhado pelo trabalhador a ação não corresponde ao esperado, novamente daria para escrever um livro. Provavelmente não é essa a razão para a extinção da Educação Física no



Ensino Médio, mesmo porque estes aspectos não se atribuem a grande maioria dos profissionais desta área que, paulatinamente, vêm demonstrando ao longo da história uma evolução tanto no que se refere à questão acadêmica, quanto no que se refere à questão da prática, basta verificarmos as inúmeras publicações e inovações que a disciplina vem fazendo nos mais variados fóruns educacionais.

CRÍTICAS E NOTAS DE REPÚDIO

Um dos pontos mais criticados da Medida foi a redução do currículo. Os especialistas defendiam que a Educação Física fosse obrigatória não apenas pela importância da saúde do aluno, mas, sobretudo, pela conscientização de que sua prática ajuda a melhorar a qualidade de vida das pessoas ao longo de suas vidas. Wagner Gomes do Conselho Federal de Educação Física, lembra que o Brasil sediou os Jogos Olímpicos e Paralímpicos e ressaltava a incoerência do anúncio desta medida no mesmo momento em que a nação mostra a importância da atividade física e do esporte. Ele alertava que as pesquisas atuais em saúde apontam para o problema do crescimento preocupante da obesidade infanto-juvenil como grave doença que pode levar a consequências ainda mais sérias e o governo querer retirar a oportunidade dos alunos fazerem atividade física na escola é, no mínimo, prejudicial à saúde da população.

Darido e Diniz (2016), em nota de repúdio no Portal da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho intitulada “Educação física no ensino médio: luxo ou necessidade?” se expressavam considerando que a reforma era

[...] “um tremendo retrocesso, em tempos modernos, na vigência absoluta do sedentarismo, da crise de valores e na falta de interesse pela escola. Tamanha a importância atual do conhecimento sobre as práticas corporais que é inaceitável que queiram excluir a disciplina do rol das obrigatórias” [...].

Freire (2016) fez uma reflexão dizendo:

[...] claro que, se o governo anunciou a MP 746/2016, tirando do currículo do Ensino Médio, entre outras disciplinas, a Educação Física, é porque há gente dentro do Ministério da Educação que julga ser a Educação Física uma matéria descartável [...].

Mário Sérgio Cortella, em entrevista no programa Fantástico da Rede Globo de televisão que foi ao ar em 27/09/2016, fazia uma crítica à reforma no Ensino Médio:

[...] propor a retirada da Ciência do Corpo e do Movimento e da Arte, é tirar o Brasil da rota certa, nos países europeus a primeira coisa que você aprende é lidar com a Arte e com a Educação Física. Acabamos de sair de uma olimpíada e de uma paralimpíada e se diz que é para se paralisar a discussão

sobre o corpo? A saída para a evasão na escola e no Ensino Médio é ela (escola) ser menos abstrata [...].

O pedagogo e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Fernando Almeida, em entrevista dada na matéria do Jornal Nacional em 23/09/2016 sobre a Proposta de reforma do Ensino Médio, considerava que; “deve ter havido um apagão na escolha da retirada da Educação Física como obrigatória, pois a disciplina se correlaciona com todas as outras disciplinas” para ele deve ter havido algum equívoco nesta escolha.

Na mesma matéria do Jornal Nacional, Altenfelder, do Centro Estudos e Pesquisas em Educação, demonstrando sua apreensão diante desta Medida, se pronunciava da seguinte forma: “[...] nos preocupa porque nós consideramos fundamental que toda medida, que toda política educacional, seja fruto de uma discussão e de uma discussão que envolva, professores, gestores, famílias e, no caso do Ensino Médio, os próprios alunos que tanto têm a dizer [...]”. Altenfelder entende que é importante a ampliação do tempo em que o aluno permanece na escola, mas considera também importante se pensar o que seria feito nesse tempo e como as atividades e as propostas que seriam oferecidas ao aluno contribuiriam para seu desenvolvimento integral.

José Pacheco, educador e idealizador da Escola Ponte, instituição que se notabilizou pelo projeto educativo baseado na autonomia dos estudantes dizia, nesta entrevista ao Jornal Nacional, que está provado que não são mais horas que vão dar lugar a mais educação, mas sim a qualidade da educação que tem que ser outra.

DANDO VOZ AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA

No dia 05/09/2016, utilizando-se a estratégia do grupo focal, em uma turma do ensino médio do Colégio Pedro II do Campus Niterói, foi feita uma entrevista com uma turma da 1ª série do Ensino médio Composta de 18 meninas e 16 meninos. No dia da entrevista 4 alunos faltaram. Portanto, a entrevista aconteceu antes da notícia da Reforma do Ensino Médio feita pelo governo da época.

A estratégia utilizada pautou-se por uma associação livre estimulada pela moderadora, no caso, a própria pesquisadora, com a intenção de explorar o tema entre os jovens e em seguida organizar e analisar as falas, a partir de uma abordagem qualitativa.

Os alunos relataram a importância da disciplina de Educação Física ressaltando pontos cujos problemas seriam passíveis de resolução por meio da prática da atividade física. Dentre eles, a questão das desigualdades que surgem em relação aos que sabem muito e os que sabem pouco. Existe uma competição velada em sala de aula que, segundo esses alunos, são corroboradas pela questão da avaliação e pela média mínima que eles têm que obter para serem

aprovados. Essa competição, que não é expressa verbalmente, mas sim em atitudes por parte de um grupo de alunos, surge nas aulas de Educação Física de forma mais exposta durante as atividades práticas que são propostas, sobretudo, porque o trabalho de cooperação e de socialização que acontece cria espaço para que emergjam os conflitos, mas também, abre espaço para a negociação dos mesmos.

A maioria dos alunos da turma teve aulas de Educação Física desde o Ensino Fundamental. Cinco alunos relataram ter tido aulas somente a partir do Fundamental II e um aluno nunca tinha tido aula de Educação Física no colégio, mas jogava bola na rua com os amigos.

Os relatos desses alunos em relação às experiências anteriormente vivenciadas por eles em aulas de Educação Física, não diferiu muito das questões colocadas anteriormente em relação ao tipo de professores/aulas, dentre os relatos apareceram professores: que ensinaram bem os conteúdos e as práticas; que não se importaram em ensinar nada; professores ditos “rola bola”; professores que consideravam as aulas como facultativa ao aluno; aulas com avaliação no final do curso; aulas com conteúdo prático e teórico, enfim, todos os tipos de aulas e metodologias.

Isto nos leva a refletir sobre como estes profissionais estão sendo formados e como a faculdade os prepara.

Em relação ao espaço destinado para as aulas práticas, os alunos também tiveram respostas bem variadas. Como temos alunos de diversos municípios, bairros e condições socioeconômicas diferentes (alunos que vieram de escolas particulares e alunos de escolas públicas), a diversidade é grande. Sendo assim, alguns alunos tiveram oportunidade de aprender natação, futebol, handebol, voleibol, basquetebol na escola (com exceção da natação, poderíamos dizer que se trata do chamado “quadrado mágico”). Isto significa uma razoável infraestrutura escolar, o que é incomum na grande maioria das escolas, principalmente, quando se refere ao espaço para aulas de Educação Física. Outros aprenderam ritmo, ginástica acrobática, ginástica artística, *goalbol*, e outras variedades mais diversificadas. Outros nada aprenderam, disseram não saber nenhum tipo de regra ou fundamentos nem dos esportes mais comuns praticados nas escolas e, ainda, disseram não haver um espaço disponível como quadra, um pátio grande ou um terreno adequado.

Isto nos leva a refletir sobre a importância dos investimentos feitos para as aulas de Educação Física nos estabelecimentos particulares e como o dinheiro público destinado à educação é investido nas escolas públicas.

Sobre os conteúdos que lhe foram apresentados, as meninas disseram que gostaram mais de ritmo (dança) e ginásticas; já os meninos, o futebol. Os alunos que tiveram aulas de forma precária responderam que gostavam do momento de lazer na escola, pois podiam conversar e brincar com os colegas.

Em relação ao que gostariam de aprender é que foi surpreendente, pois disseram que gostariam de alguma atividade que ninguém da turma conhecesse ou soubesse jogar, uma vez que isso dificultaria a competição entre os grupos e minimizaria a superioridade de alguns, principalmente, dos que possuem mais habilidades motoras.

Na questão sobre a atitude do professor no decorrer das aulas, eles foram unânimes em dizer que as aulas devem ser o tempo todo orientadas, ou seja; a presença e mediação do professor é fator motivacional para o envolvimento dos alunos. Todos os alunos concordaram que um professor que ensina de fato, que se interessa em ministrar a aula com seriedade, promove maior envolvimento da turma, mesmo quando o conteúdo não é de domínio de todos. Disseram ainda, que percebem quando o professor ministra uma aula “cadenciada” (que significa: com uma progressão coerente) e isso faz com que os alunos vejam com mais seriedade a disciplina. Gostam quando o professor cobra aquilo que ensina, pois sentem que o tempo destinado a aula não foi perdido.

Na pergunta sobre sugestões de atividades ou procedimentos em aula que buscasse a participação de todos, os alunos disseram que gostam de aprender coisas novas, coisas que eles nunca ouviram falar ou nunca tiveram oportunidade de praticar, mas também disseram que acham muito importante poderem ter um espaço para “brincar” de pular corda, dançar, jogar pique-bandeira, queimado e três cortes (com a bola de vôlei).

Sobre a importância da Educação Física na escola, todos disseram que gostam muito da disciplina, mesmo aqueles que não possuem muita habilidade, pois para eles, é momento que têm oportunidade de se conhecerem mais e se relacionarem de forma diferente da sala de aula normal. Para eles, a sala de aula individualiza muito cada um e acirra a questão dita anteriormente da competição e superioridade. Eles acham que, na Educação Física, mesmo com diferenças, conseguem se descontraír e se soltar de certas inibições. Disseram que a aula já começa com a chegada em quadra (no caso o Colégio Pedro II tem uma quadra polivalente), pois o vestiário é mais confortável, a chamada feita de forma diferente, pois podemos sentar no chão em roda ou na arquibancada, a aula mexe com o corpo e “provoca energia” com o suor e depois tem o banho que é “uma farrá, deixa a gente feliz”. Dois alunos disseram que, às vezes, chegam chateados e quando se dão conta já esqueceram a chateação, porque a aula é divertida.

CONCLUSÃO



Importante notar o quão fundamental essa disciplina é para esses adolescentes e, talvez, a última oportunidade dentro da escola de trabalharmos com questões tão imperativas para nossa sociedade que vive estreitada em padrões de comportamento onde o aluno tem que obter nota para alcançar a cidadania. Cidadania é ter oportunidade vasta de escolha, escolha verdadeira, com condições e não com falta de opções. O governo deveria incrementar a possibilidade de oferta de mais escolas de qualidade para os alunos, de professores mais qualificados e mais bem remunerados como forma de motivar o ingresso nas licenciaturas das universidades, e conseqüentemente, diminuir a falta de profissionais nas instituições, com professores menos desgastados e mais disponíveis para o ensino, estimulando a permanência dos alunos através de um lugar de aprendizado com respeito. Respeito se tem com uma escola justa, onde se oferece o ensino de fato e para todos e com um leque de diversidades, onde se oferece estrutura de permanência ao aluno: livros, alimentação, espaço para o lazer, limpeza, atenção integral e atividade com o corpo com um profissional de educação física.

No momento em que os alunos se encantam com desafios vistos através de uma Olimpíada, de uma Copa do Mundo, dos Jogos Paralímpicos, do futebol brasileiro, em uma sociedade onde encontramos adolescentes obesos, com problemas de pressão alta, diabetes e a medicina grita por uma profilaxia por não ter mais condições de cuidar de tantas pessoas com problemas, é e era, no mínimo, inoportuno, incoerente e insano propor a retirada da Educação Física. Notamos que, talvez, seja a distribuição dos investimentos educacionais que precisam ser revistos e não proposta que excluem e que não dialogam com quem interessa. A norma jurídica gerada desta infame Medida Provisória, Lei nº 13.415 de 2007, felizmente não incorporou a absurda proposta de exclusão da Educação Física do currículo obrigatório.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. *Jornal Nacional*, Rede Globo de Televisão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/09/proposta-de-reforma-do-ensino-medio-gera-criticas-de-educadores.html>>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

ALTENFELDER, Ana Helena. *Jornal Nacional*, Rede Globo de Televisão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/09/proposta-de-reforma-do-ensino-medio-gera-criticas-de-educadores.html>>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

BECSKEHÁZY, Ilona, CARA, Daniel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6WP42H_1SB8>. Acesso em: 29 de out. de 2016.

BRASIL, LDB nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *Jornal Nacional*, Rede Globo de Televisão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/09/proposta-de-reforma-do-ensino-medio-gera-criticas-de-educadores.html>>. Acesso em: 10 de out. de 2016.

CORTELLA, Mário Sérgio. Programa Fantástico, Rede Globo de televisão. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KjCPwmLULko>>. Acesso em: 30 de set. de 2021.



DARIDO, Suraya C. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 67-76, 2004.

DARIDO, Suraya C; DINIZ, Irla. Educação física no ensino médio: luxo ou necessidade? Disponível em: <<http://www.unesp.br/portal#!/debate-academico/educacao-fisica-no-ensino-medio-luxo-ou-necessidade/>>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

FREIRE, João Batista. Disponível em: <<https://www.facebook.com/joaobatista.freire?fref=ts>>. Acesso em: 24 de out. de 2016.

FONTANIVE, Nilma Santos. Seminário Interno de Avaliação do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 11 de out. de 2016.

GOMES, Wagner. *Jornal Nacional*, Rede Globo de Televisão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/09/proposta-de-reforma-do-ensino-medio-gera-criticas-de-educadores.html>>. Acesso em: 10 de out. de 2016.

HENRIQUES, Ricardo. *Jornal Nacional*, Rede Globo de Televisão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/09/proposta-de-reforma-do-ensino-medio-gera-criticas-de-educadores.html>>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

MENDONÇA FILHO, José. Entrevista: proposta de reforma do ensino médio e os planos do governo para o setor da educação. Programa Roda Viva, TV Cultura. São Paulo, 10/10/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5OvDejFlt_U>. Acesso em: 11 de out. de 2016.

PACHECO, José. *Jornal Nacional*, Rede Globo de Televisão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/09/proposta-de-reforma-do-ensino-medio-gera-criticas-de-educadores.html>>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

Portal do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF. Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/ultimas-noticias/1037-carta-de-vitoria.html>>. Publicado em: 26/09/2016. Acesso em: 08 de out de 2021.

Portal do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/26377-mp-746-2016-governo-modifica-ensino-medio-no-pais-ampliando-carga-horaria-e-flexibilidade-curricular>> publicado em 23/09/2016. Acesso em: 08 de out. de 2021.

Portal Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web>>. Acesso em: 08 de out. de 2016.

Portal Ministério da Educação e Cultura - MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/?view=buscageral¶ms%5Bsearch_relevance%5D=%20evas%20e%20escolar¶ms%5Bsearch_method%5D=exact>. Acesso em: 08 de out. de 2021.

Portal Ministério da Educação e Cultura - MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da; VOTRE, Sebastião José. *Etnometodologias*. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2012.

SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da. *Autoexclusão-Educação Física-Realidade*. Niterói: Editora Equalitas, 2021.

Recebido em: 07/12/2021

Aceito em: 14/03/2022



Endereço para correspondência

Rachel Ciaravolo
racvolo@hotmail.com

Esta obra está licenciada sob uma Licença
Creative Commons Attribution 3.0

